

1 – Título: Viagens ao centro da periferia: leitura comparativa entre os relatórios científicos e as cartas pessoais que o sanitarista Osvaldo Cruz escreveu na Amazônia, entre 1905 e 1911.

2 – Autora: Marcia Caetano Langfeldt

3 - Universidade: Paris 3 - Sorbonne-Nouvelle – ED 122 - Centre de Recherches sur les Pays Lusophones (CREPAL)

Esta comunicação está inserida no tema principal do meu projeto de tese, em desenvolvimento no CREPAL, que trata dos relatos de viagem à Amazônia no início do século XX e é uma primeira abordagem ao assunto: as viagens do médico sanitarista Osvaldo Cruz (1872-1917) à região, entre 1905 e 1911, a serviço do governo brasileiro.

No início do século XX, era de suma importância para o governo do Brasil promover viagens científicas ao interior do país, com o objetivo de incorporar estas regiões ao projeto de nação que se iniciara no Império e se ampliava na República. Foi neste contexto que o sanitarista Osvaldo Cruz visitou a Amazônia em quatro ocasiões.

Durante suas viagens, Osvaldo Cruz escrevia com frequência a sua esposa, Emilia da Fonseca Cruz (1873-1952), a quem ele chamava “Miloca”. Esta comunicação propõe uma abordagem comparativa entre os dois tipos de relato: o privado e o público, ou seja, a sua correspondência pessoal com os relatórios oficiais que ele contribuiu para produzir. O objetivo é averiguar em que medida as cartas pessoais do médico à esposa trazem novos dados ou informações mais detalhadas sobre a região, na época dessas expedições, e de que maneira um mesmo fato é abordado nos dois tipos de discurso.

A versão dos relatórios que foi utilizada para esta pesquisa foi editada pela Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro e publicada em Manaus, em 1972, com apresentação de Arthur Cezar Ferreira Reis, historiador e ex-governador do Amazonas, e Introdução de Djalma Batista, médico e escritor amazonense.

A correspondência aqui tratada encontra-se em formato manuscrito, digitalizado, e pertence ao acervo da Casa de Osvaldo Cruz (COC) da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro. Trata-se de um conjunto de documentos que pertence ao dossiê “Correspondência Pessoal” com 80 itens (304 folhas). Os documentos foram produzidos entre 25 de junho de 1910 e 24 de julho de 1911, que corresponde ao período da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e da campanha da febre amarela em Belém.

Antes de abordar a comparação entre os relatórios e as cartas, é importante relatar brevemente quem foi Osvaldo Cruz e qual as circunstâncias das campanhas que o sanitarista dirigiu no Amazonas.

Osvaldo Cruz nasceu em 5 de agosto de 1872, em São Luiz do Paraitinga, uma pequena cidade do estado de São Paulo. Aos 20 anos de idade, forma-se em Medicina, especializando-se num ramo que estava então nos seus primórdios: a Microbiologia, no ano

seguinte, casa-se com Emilia da Fonseca. Ainda não foi possível reunir mais informações sobre Emilia. Na página virtual do “Projeto Memória” do Banco do Brasil lê-se apenas que “*ela era mulher inteligente e espirituosa, avançada para seu tempo, gostava de vestir-se bem, de passear e de apostar nas corridas do Jockey Club do Rio de Janeiro, aonde ia sozinha, de tálburi.*”

Em 1896, Osvaldo Cruz muda-se para Paris, para prosseguir seus estudos em Microbiologia no Instituto Pasteur, onde permanece por dois anos. Ao regressar ao Brasil, é nomeado Diretor da Saúde Pública pelo presidente Rodrigues Alves. É nesta condição que ele viaja pela primeira vez ao Amazonas, em 1905, ao realizar uma viagem de inspeção dos portos de Norte a Sul do Brasil.

Neste período, a região amazônica passava pelo boom econômico do ciclo da borracha, quando os portos de Manaus e Belém recebiam centenas de imigrantes todas as semanas. A partir do processo de vulcanização desenvolvido por Charles Goodyear, em 1839, a borracha passou a ser um produto de alto valor. De 1840 a 1910 o preço da borracha aumentou mais de 1,000% e cerca de meio milhão de pessoas imigraram para a Amazônia, sobretudo nordestinos, fugindo da seca. A indústria de extração da borracha gerou riqueza e contribuiu para desenvolver as cidades de Manaus, Belém e Porto Velho (Daou, 2000, pp.18-23).

Osvaldo Cruz viajou acompanhado do seu secretário João Pedroso e, juntos, os médicos visitaram 24 portos em 68 dias, de 27 de setembro a 6 de dezembro de 1905 (Cruz, Chagas e Peixoto, 1972, Introdução, s.p.). Desta missão, não há relatório nos arquivos da Fiocruz. Existe, contudo, um conjunto de cartas no acervo de Osvaldo Cruz que corresponde a esta viagem. Entretanto, o grupo está incompleto, pois não há cartas enviadas da Amazônia, embora ele tenha chegado até Manaus. Por esta razão, a correspondência referente a esta viagem não está abordada aqui.

Em 1910, Osvaldo Cruz viajou novamente à Amazônia, acompanhado pelo médico Belisário Pena. A missão tinha o objetivo de fiscalizar as condições sanitárias dos operários e engenheiros envolvidos com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, cláusula importante do acordo assinado com a Bolívia em 11 de novembro de 1903, na cidade de Petrópolis, como compensação pela ocupação irregular de território boliviano por seringueiros brasileiros no alto do rio Purus.

No relatório relativo a essa viagem, Osvaldo Cruz não escondeu a sua indignação diante das péssimas condições sanitárias da região, chegando a afirmar que “*as tentativas de construção dessa estrada têm sido assinaladas por verdadeiras hectacombes*” (Cruz, Chagas e Peixoto, 1972, p.6). O termo não era exagero, apenas durante a terceira fase de construção da ferrovia, de 1907 a 1912, ocorreram 1.593 mortes oficialmente registradas (Hardman, 1988, p. 105). Entretanto, estima-se que o número seja muito superior, acreditando-se que ela consumiu uma vida por cada dormente instalado.

No relatório, o sanitaria lista as principais doenças que encontrou: malária, febre amarela, tuberculose, beribéri, disenteria, ancilostomíase, pneumonia, sarampo e alcoolismo, contudo, dentre todas elas, o impaludismo era o grande terror da região. Segundo o Osvaldo Cruz, a população estava de tal forma infectada pela malária, que “*para ela a condição de ser enfermo constitui a normalidade*” (Cruz, Chagas e Peixoto, p.32). Ele assinala também que, além de não existir nenhuma ação profilática na região, o acesso ao tratamento era caro e prejudicado pela ação criminosa de alguns comerciantes, que vendiam uma mistura de amido e bicarbonato de sódio em lugar da quinina preconizada na prevenção da doença (Ibidem, p.12).

Ao constatar as calamitosas condições sanitárias, o médico estabelece vinte determinações que deveriam ser executadas para o saneamento da área. As medidas eram tão eficazes quanto coercitivas. As medidas visavam também a prevenção de outras doenças, com a distribuição de água potável, a obrigação de uso de sapatos e o combate à venda de bebida alcóolica. A equipe médica tinha amplos poderes para demitir qualquer funcionário que não respeitasse as determinações sanitárias. Em função deste plano sistemático, a construção da ferrovia pode ser finalizada, sendo inaugurada em 1º de agosto de 1912 (Ibidem, p.42-44).

As duas últimas viagens de Osvaldo Cruz à Amazônia foram entre 1910 e 1911, quando foi contratado para promover uma campanha contra a epidemia de febre amarela no Pará. Ainda na ocasião da viagem à região do Madeira-Mamoré, quando Osvaldo Cruz chegou à cidade de Belém, capital do estado do Pará, o Governador João Coelho o contratou. Em carta à esposa Emilia da Fonseca Cruz, de 28 de junho de 1910, em Belém, Osvaldo Cruz comenta sobre esse acordo:

“Resolvi hoje aqui uma questão que nos vai tornar a vida mais suave. O Governador do Pará me pediu para assumir a direção da campanha contra a febre amarela aqui, o que aceitei. De volta do Madeira, irei até o Rio buscar a flor da minha gente<sup>1</sup> e de novo voltarei até aqui, onde passarei uns 15 dias para pôr o serviço em andamento, sob a direção de pessoa de minha confiança.

Voltarei ainda no decurso de mais umas duas ou três vezes. Ainda não sei das condições que me serão oferecidas. O Governador, com grande acanhamento mandou me perguntar quanto eu desejava. Mandei-lhe dizer que deixava ao alvitre dele os valores. Mas, a julgar pelo entusiasmo em que está o homem, as nossas vantagens parecem (que) serão bem grandes. Para mim, a coisa será muito mansa e conto obter resultados seguros, prestando assim um colossal serviço ao país. Segundo me informam, só no mês passado morreram duzentas e tantas pessoas de febre amarela”.

Trecho de carta de Osvaldo Cruz para sua esposa, Emilia da Fonseca Cruz, Arquivo Fiocruz.

Um resumo do relatório desta campanha foi publicado pelo governador do Pará no *Relatório dos Presidentes*, em 7 de setembro de 1911. Os resultados da campanha foram amplamente divulgados nos jornais da época. Em 4 de junho de 1911, o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, publicava nota sobre o fim da campanha da febre amarela no Pará:

---

<sup>1</sup> Grifo do autor

“A febre amarela está extinta no Pará

A comissão da profilaxia contra a febre amarela apresentou ao governo do Estado um trabalho gráfico dos seus serviços desde o início da campanha, em 12 de novembro do ano passado, e cujo resultado foi o mais brilhante, estando extinto o terrível morbus.

[...]Aos esforços conjuntados do governador e do cientista dr. Osvaldo Cruz se deve tão esplêndido resultado, de pleno êxito para o renome e o crédito do Estado, os quais subirão muito, repercutindo em todo o Brasil. Esse resultado é tão mais satisfatório, porquanto no momento atual há grande necessidade da vinda de capitais e braços estrangeiros para conjurar a crise horrível que pesa sobre o Pará.

Brevemente, chegará a esta capital o dr. Osvaldo Cruz, a quem será preparada condigna recepção, sendo como é, o herói da campanha de que garantiu o êxito no prazo fatal.”

*Correio da Manhã*, 4 de junho de 1911, Rio de Janeiro, p.4. Arquivo da Biblioteca Nacional. (BNDigital, Hemeroteca).

Graças à participação em numerosas campanhas profiláticas, o nome de Osvaldo Cruz ficou definitivamente associado ao progresso tão almejado para o país. Em maio de 1912 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, sendo o primeiro não literato a ingressar na instituição, a partir da “tese do expoente”, apoiada pelo então presidente da Academia, José Veríssimo. A chegada de “capitais e braços” mencionada por notícias de jornais, não deixa dúvidas: com o país saneado, o progresso era só uma questão de tempo. A última campanha dirigida por Osvaldo Cruz, entretanto, iria mostrar que seria necessário muito mais.

Em 1910, a borracha das colônias britânicas entra no mercado mundial e acaba com o monopólio da borracha amazônica. Em 1912, o governo brasileiro tenta reverter a situação e cria a *Superintendência de Defesa da Borracha*. A melhoria da saúde pública entrava em linha de conta dos progressos que seriam necessários na luta contra a concorrência britânica. O governo contrata Osvaldo Cruz para organizar o saneamento do estado do Amazonas e dos então territórios do Acre e Roraima.

Um grupo de médicos viaja ao Amazonas, sob sua liderança, entre outubro de 1912 e março de 1913. O grupo era constituído pelos médicos Carlos Chagas, João Pedroso de Albuquerque e Pacheco Leão. Em 11 de setembro de 1913, o sanitarista apresenta um relatório sobre as condições de saneamento no Amazonas ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio : “Condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas”. Embora não tenha ido à região, ele havia coordenado o trabalho da equipe médica à distância e assinou a primeira e a quarta partes do relatório.

Neste relatório, Osvaldo Cruz confirma que o grande mal a ser combatido era a malária e propõe que o governo instale postos de quinização para os seringueiros e que ofereça prêmios em dinheiro aos seringueiros que durante um ano não apresentassem a doença. Em cada um dos rios, o governo deveria dispor de lanchas-ambulâncias para atendimento aos doentes.

Ao final, o sanitarista afirma:

“Realizado o plano de campanha sanitária constante das linhas acima, posso afirmar com segurança que desaparecerá o obstáculo capital que retém o progresso vertiginoso a que está destinado o vale do maior rio do mundo e ficará assim entregue à civilização uma das mais ricas, se não a mais rica zona do Brasil.

Está nas mãos do governo realizar esse feito”.

Cruz, Chagas e Peixoto, 1972, p.155.

Entretanto, com o avanço no mercado mundial da borracha cultivada nas colônias britânicas, a Superintendência de Defesa da Borracha foi extinta em menos de dois anos.

### *As cartas à esposa Emilia Fonseca, “Miloca”*

Ao compararmos as cartas que Osvaldo Cruz enviou à esposa durante as viagens que fez à Amazônia com os relatórios, percebe-se que o sanitarista propositadamente elabora um discurso sem meio-tons sobre os fatos que viu nos textos oficiais. No relatório de 1910, quando trabalhava para a empresa construtora da ferrovia Madeira-Mamoré, Osvaldo Cruz escreve sobre a vila de Santo Antônio do Madeira, acampamento do canteiro de obras. Lembro que a vila é hoje a cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, e que foi fundada pela empresa construtora da ferrovia.

“A vila não tem esgotos, nem água canalizada, nem iluminação de qualquer natureza. O lixo e todos os produtos da vida vegetativa são atirados às ruas, se merecem este nome vielas esburacadas que cortam a infeliz povoação. Encontram-se colinas de lixo apoiadas às paredes de habitações. Grandes buracos no centro do povoado recebem as águas das chuvas e da cheia do rio e transformam-se em pântanos perigosos, donde se levantam aluviões de anofelinas que espalham a morte por todo o povoado. Não há matadouro. O gado é abatido em plena rua, à carabina, e as porções não aproveitadas: cabeça, vísceras, couro, cascos etc., são abandonados no próprio local em que foi a rês sacrificada, jazendo num lago de sangue. Tudo apodrece junto às habitações e o fétido que se desprende é indescritível. Sobre os organismos que vivem em tal meio o impaludismo faz as maiores devastações que se conhecem. A população infantil não existe e as poucas crianças que se vêem têm vida por tempo muito curto. Não se conhecem entre os habitantes de Santo Antônio pessoas nascidas no local: essas morrem todas.”

Cruz, Chagas & Peixoto, 1972, p.10.

Em carta de 11 de julho de 1910, ele escreveu sobre a mesma vila para Emilia:

“Visitamos ontem a cidade de Santo Antônio. Não podes imaginar o que seja. Qualquer descrição, por mais pessimista, ficaria aquém da realidade. Basta que te diga que, na cidade, não há um só habitante filho do lugar. Todas as crianças que ali nascem, morrem infalivelmente e as poucas ali nascidas estão de tal modo doentes que fatalmente morrerão (em) breve. A imundície é incrível. Para dar uma ideia pálida do que é ela, basta que te diga que matam os bois nas ruas e aí abandonam as vísceras, cabeça etc., que deixam apodrecer em plena rua. O mau cheiro é de tal ordem que pode-se ficar sufocado. Estou horrorizado com tanta porcaria!”

Trecho de carta de Osvaldo Cruz para sua esposa, Emilia da Fonseca Cruz, Arquivo Fiocruz.

O que chama a atenção nestes dois textos é a similaridade entre as observações do relatório e aquelas que faz na carta à esposa, apenas um dia após visitar a vila de Santo Antônio. Fica tão impressionado que o relatório escrito semanas depois conserva o mesmo tom contundente.

É de ressaltar que procura, contudo, poupar a esposa de alguns detalhes mórbidos, como as observações presentes no relatório relativas à “crueldade” da natureza amazônica. Neste caso, as formigas ameaçadoras:

“As formigas atacam vorazmente os cadáveres, o que tive ocasião de verificar e a ação delas é tão intensa como se pode avaliar pela seguinte observação feita pelo Dr. Walcott, médico da empresa: tendo um engenheiro voltado da zona em exploração com cadáver dum trabalhador numa rede não logrou atravessar um igarapé, que encheu bruscamente após grande chuva.

Armou a rede à margem do córrego e aí passou a noite, tendo deixado no chão o cadáver envolvido em outra rede. Pela manhã encontrou o corpo quase reduzido a esqueleto e coberto por milhares de formigas.”

Cruz, Chagas & Peixoto, 1972, p.14.

Ou sobre crocodilos, piranhas e perigosos índios:

“No rio Madeira, o jacaré constitui um perigo àqueles que caem no rio; muito mais temerosos porém são certos peixes: [...] as piranhas, que em cardumes colossais atacam as pessoas e animais na água e, desde que aparece sangue, com voracidade indescritível devoram-nos.”

Cruz, Chagas & Peixoto, Ibidem, p.12.

“Em terra, não falando dos índios Parintintins que vivem na região da margem direita do Madeira, para baixo do rio Machado e que, indomáveis, atacam todos os brancos que lhes passam ao alcance e que na região são considerados como antropófagos, não há nada a temer de animais que ataquem o homem. Na região das cachoeiras, encontra-se comumente a onça vermelha (*Felis concolor*), que foge do homem e, praticamente, não constitui perigo.”

Cruz, Chagas & Peixoto, *Ibidem*, p.14.

Já para Emilia, reserva comentários bucólicos sobre a natureza, como em carta de 28 de junho de 1910, dia do aniversário da esposa:

“Há aqui no vale do Amazonas um pequeno pássaro que os índios denominam “uirapuru”, que significa “pássaro encantado”. Este animalzinho, pequeno como uma cabaxirra, é raríssimo. Vive cantando escondido nos frondes das castanheiras e de louro-rosa. O cantar desse passarinho é tão melodioso que todas as aves das circunvizinhanças acompanham-no, assim como as feras da região, que ficam todos em êxtase, ouvindo o mavioso canto da ave da fortuna e todos unidos porfiam em evitar-lhes o ataque dos abutres e outros inimigos.

É o rei dos cantores das florestas amazônicas e o portador da eterna felicidade. Segundo os assertos da pajelança, quem possuir uma pena do uirapuru gozará da eterna felicidade e será sempre acompanhado da saúde, da virtude, do amor e do bem-estar. Todos porfiam em possuir o amuleto portador da felicidade eterna, mas raros conseguem, porque o passarinho divino é raríssimo. Conheço pessoas aqui que passaram em vão a vida à procura duma pena da avezinha sagrada. Quis a sorte que travasse eu relações com um rapaz, estudante de Medicina, a quem a Mãe, no meio das lágrimas de despedida, confiara ao filho querido, como relíquia de família, um uirapuru embalsamado em carajurú e conservado numa purçanga (pequena bolsa de couro).

Este rapaz deu-me as penas do uirapuru, que junto te envio e que são as mensageiras dos mais ardentes votos que faça para que Deus transforme em realidade a credence do gentio.”

Trecho de carta de Oswaldo Cruz para sua esposa, Emilia da Fonseca Cruz, Arquivo Fiocruz.

Nas cartas para Emilia há ainda algumas observações ausentes de seus relatórios oficiais, como as descrições de 2 de julho de 1910, em carta enviada de Santarém, sobre o tipo de pessoas que ele encontrava em suas viagens:

« Não imaginas que péssimas companhias de viagem temos : seringueiros e aventureiros de toda a espécie, sem a mínima educação e uma leva de mulatas cearenses de vida aerada e que levam fazendo uma formidável algazarra à bordo.”

Trecho de carta de Oswaldo Cruz para sua esposa, Emilia da Fonseca Cruz, Arquivo Fiocruz.

Alguns detalhes do acordo para dirigir a campanha contra a febre amarela no Pará também são revelados na mesma carta:

“Como te dizia em minha última carta, o governador me pediu para fazer a campanha contra a febre amarela no Pará, ao que acedi, impondo condições, sobretudo relativas ao pessoal e à não interferência da política. Depois da conferência que tivemos, ele não mais me falou no assunto e julgo que ficou desanimado com as condições que impus.”

Trecho de carta de Oswaldo Cruz para sua esposa, Emilia da Fonseca Cruz, Arquivo Fiocruz.

Em contraste com a realidade relatada nos textos oficiais, em que todas as crianças do vilarejo de Santo Antônio morriam ou estavam condenadas a morrer, Oswaldo descreve o conforto de que dispunha em sua viagem, como se pode ler na carta de 11 de julho de 1910:

“Fui muito bem recebido em Manaus, onde o governador foi me buscar a bordo, tendo sido eu hospedado em casa de um dos empreiteiros da companhia, o senhor May, um ativo americano, moreno, com cara de brasileiro.

Não imaginas como essa gente tem me tratado: como um verdadeiro príncipe. Puseram à minha disposição um navio da companhia e às minhas ordens puseram o mordomo da companhia, que, depois de indagar ao Belisário<sup>2</sup> da minha dieta etc, pôs um cozinheiro para meu regime e, durante toda a viagem nestas paragens onde não há recursos, fui alimentado a vegetais, galinhas, ovos, doces, águas minerais, enfim, tudo quanto possa desejar.”

Trecho de carta de Oswaldo Cruz para sua esposa, Emilia da Fonseca Cruz, Arquivo Fiocruz.

Após lermos as cartas que Oswaldo Cruz escreveu para sua esposa Emilia quando viajava pela Amazônia, é possível ter uma visão mais ampla sobre as motivações de suas viagens e os lugares que visitou. Nelas transparece também a condição feminina na época, e o contraste que podia existir entre uma jovem pianista que estudara em Leipzig e as mulatas cearenses “de vida airosa” que viajavam no mesmo barco. Apesar de vidas muito diferentes, a pianista e as mulheres no barco lá estavam para o entretenimento dos homens.

A leitura desses textos – relatórios oficiais e cartas pessoais – atestam o impacto que teve ao conhecer duas realidades profundamente díspares, a da vida das elites das duas cidades mais ricas da região, Manaus e Belém que viviam em imensa opulência, em contraste com a precária situação daqueles que eram o esteio da economia da borracha.

---

<sup>2</sup> Belisário Pena, médico que o acompanhava nesta viagem.



As observações de Osvaldo Cruz podem ser postas em relação com as de três escritores brasileiros de peso que em 1913 já haviam publicado seus pontos de vista sobre a Amazônia: José Veríssimo (1857-1916), sobretudo o livro de novelas *Cenas da vida amazônica* (1889); Alberto Rangel (1871-1945), com a coletânea de contos *Inferno Verde* (1908) e de Euclides da Cunha (1876-1909), com o conjunto de ensaios inspirados por suas visitas à região, a serviço do governo brasileiro, e publicados postumamente : *À margem da história*, (1909).

A despeito das fortes diferenças entre esses textos, há neles um aspecto comum: todos eles denunciam o abandono da região pelo poder central, apesar de sua então importância econômica, e ressaltam a urgência em incorporar essa região e seus habitantes ao projeto nacional e à cidadania, tanto através da instrução, como da ação política ou de medidas para um progresso social e econômico mais justo. Nesse sentido, numa fase posterior da pesquisa conto estabelecer um diálogo entre os textos destes escritores e os relatórios de Osvaldo Cruz sobre a região.